



ACÓRDÃO Nº473/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11393/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica Zeno Lanzini.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Iolanda Silva de Lira.
- 6- **Advogado:** Joao Lira Tavares - OAB/AM 8799 e Antonio Azevedo de Lira – OAB/AM 5474.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2929/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica Zeno Lanzini.Exercício 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência. Representação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Iolanda Silva Lira**, Diretora da Policlínica Zeno Lanzini (U.G. 17.118), referente ao exercício de 2016, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM pelas seguintes impropriedades:

10.1.1. Realização de despesas sem previsão orçamentária;

10.1.2. Ausência de processos licitatórios em contratações/compras;
e

10.1.3. Ausência de comprovação dos gastos no montante total de R\$ 934.570,90.

- 10.2. Considerar em Alcance** a **Sra. Iolanda Silva Lira** no valor de **R\$ 934.570,90** (novecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta reais e noventa centavos), em razão de dano ao erário decorrente de pagamento de despesas sem comprovação e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso



ACÓRDÃO Nº473/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – alcance aplicado pelo TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa a Sra. Iolanda Silva Lira no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), por grave infração à norma legal ou regulamentar, nos termos do art. 54, inciso VI, da LO-TCE/AM e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, devido a:

- a. Realização de despesas sem previsão orçamentária (descumprimento do art. 167, inciso II, da CRFB/88 c/c art. 15, *caput* e 16, inciso II, da LC nº 101/2000);
- b. Ausência de processos licitatórios em contratações/compras (descumprimento do art. 37, inciso XXI da CRFB/88 e art. 2º, *caput*, da Lei nº 8.666/93); e
- c. Ausência de comprovação de despesas no montante de R\$ 934.570,90 (descumprimento do art. 70, parágrafo único, da CRFB/88).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o



ACÓRDÃO Nº473/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa a Sra. Iolanda Silva Lira, no valor de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE", nos termos do art. 54, inciso II, "a" da LO-TCE/AM, por não ter respondido, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência desta Corte de Contas.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Dar ciência:

10.5.1. a Sra. Iolanda Silva Lira, por intermédio de seus causídicos;

10.5.2. à Policlínica Zeno Lanzini.

10.6. Representar ao Ministério Público do Estado do Amazonas, para ciência e adoção das providências que entender cabíveis.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Maio de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº473/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral